



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 27/2017

Período: 05/08/2017 – 11/08/2017

GEDES – UNESP

- 1- Forças Armadas foram enviadas para o Rio de Janeiro
- 2- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro gerou debates
- 3- Exército omitiu dados em requisições para a recuperação de dados históricos
- 4- Governadora de Roraima solicitou reforço do Exército na fronteira com a Venezuela

1- Forças Armadas foram enviadas para o Rio de Janeiro

Conforme os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, na primeira semana da operação “Rio quer Segurança e Paz” os índices de violência e de insegurança no estado do Rio de Janeiro não diminuíram, mesmo após o envio de 8,5 mil militares das Forças Armadas ao estado. Em contrapartida, houve uma redução, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), dos roubos de carga. Segundo a *Folha*, no dia 05/08/17, cerca de 5 mil agentes das forças de segurança participaram de uma operação no complexo de favelas do Lins, com o objetivo de combater o roubo de cargas e o tráfico de drogas na capital fluminense. A operação foi reforçada por militares do Exército e da Marinha, e contou com a presença de 79 veículos blindados e 8 helicópteros. Segundo o Comando Militar do Leste, 3,6 mil militares da Brigada de Infantaria Paraquedista e dos Fuzileiros Navais participaram da operação. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o período de uma semana é um prazo curto para avaliar a eficiência da atuação dos militares. Jungmann declarou que o foco inicial das operações são os armamentos, as estruturas de comando e os recursos financeiros do crime organizado, mas que a megaoperação contra o roubo de cargas teve um saldo “razoável” e que espera melhores resultados futuros. A *Folha* afirmou em editorial que a operação militar realizada no Rio de Janeiro no dia 05/08/17 não obteve o sucesso desejado. De acordo com o periódico, é necessário ceticismo, uma vez que a iniciativa atual de ocupação de pontos estratégicos originou-se no evento Rio-92 e, desde então, tornou-se comum recorrer às Forças Armadas em tempos de aumento sensível da violência. Não obstante, o periódico destacou que há o risco de cooptação de militares por organizações criminosas, de modo similar ao que ocorre com policiais. Segundo *O Estado*, a baixa adesão do governo do estado do Rio de Janeiro aos compromissos negociados com o Ministério da Defesa e a condição jurídica dos combatentes envolvidos incomoda as forças mobilizadas. Jungmann afirmou que as Forças Armadas “atuarão em apoio, não no combate ao crime, que é tarefa das polícias”. O ministro destacou que a ação militar não reduz a “capacidade operacional do crime” e que, em operações anteriores quando as tropas se retiraram, houve o retorno da criminalidade. (*Correio Braziliense* – Brasil – 06/06/17; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 05/08/17; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 09/08/17;

Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/08/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 06/08/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 07/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 07/08/2017)

2- Atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro gerou debates

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, afirmou que a quantidade de militares das Forças Armadas nas ruas não traz resultados concretos e pode implicar efeitos colaterais perigosos. Ao tratar sobre o caso do Rio de Janeiro, Lima afirmou que a cidade “vive um momento de colapso de políticas públicas, mas não vale investir tanto dinheiro para resolver o problema por uma semana”. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o secretário municipal de Ordem Pública, o coronel da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro Paulo Cesar Amêndola, defendeu o uso das Forças Armadas na cidade, mas ressaltou a inadequação das tropas para ações policiais. O coronel afirmou que as tropas não possuem o devido treinamento para atuarem em ações policiais, tendo em vista que o militar está preparado para uma cultura de guerra contra o inimigo. Amêndola defendeu a necessidade da guarda estar armada para ser capaz de superar todos os tipos de violência, ponderando que para isso o agente precisaria passar por um treinamento específico e ter condições psicológicas. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Ítalo Nogueira classificou a presença de militares das Forças Armadas na baixada fluminense como um “paliativo”. Segundo o *Correio*, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, declarou que as operações no Rio devem ser divididas em três eixos, sendo eles “a desarticulação das lideranças criminosas, o desarmamento das quadrilhas e as medidas para impedir o financiamento do crime”. De acordo com o jornal, para o ano de 2017, foram alocados 700 milhões de reais para a realização desse plano apoiado pelo general, com mais de 1,2 bilhão de reais para o ano de 2018. De acordo com o editorial do periódico *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, reivindicou maior segurança jurídica para os militares envolvidos nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O general, em anterior depoimento ao Senado, afirmou que o uso “desgastante e perigoso” das Forças Armadas nas operações de segurança pública deveria somente ser executado em situações críticas, quando a polícia se revela incapaz de realizar tal ação, e que a Operação da GLO deve ocorrer segundo a legislação penal militar. Em alguns casos têm sido implantada a legislação penal comum, o que, de acordo com Villas Bôas, “pode trazer prejuízos para a carreira profissional do militar, caso ele venha a se envolver em um confronto, e para a operação em si, já que uma pronta reação pode ficar comprometida.”. Villas Bôas complementou que as forças militares não possuem o mesmo poder da polícia, e que no cumprimento das missões policiais nas comunidades do Alemão, da Penha e da Maré, as tropas detectaram alvos e locais importantes, mas não puderam deter suspeitos e produtos ilícitos por não possuírem mandado de busca e apreensão emitido por uma autoridade judicial. O periódico recordou que durante os Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso aprovou uma lei complementar que incluiu no Código Penal Militar um parágrafo no qual determinou-se que eventuais crimes cometidos por militares em Operações de GLO fossem julgados pela Justiça Militar, mas que essa lei caducou em 31/12/16. (*Correio Braziliense* – Brasil – 06/08/17; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 05/08/17; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 06/08/17; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 06/08/17; *Correio*

Braziliense – Brasil – 09/08/17; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 10/08/17)

3- Exército omitiu informações em pedido de dados históricos

De acordo com o periódico, *Folha de S. Paulo*, em 2015, o Comando do Exército, com a aprovação do Ministério de Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), assumiu, diante de pedidos de informação acerca do histórico de militares, a interpretação de que a resposta a estes requerimentos não podem conter informações que atinjam a “honra e a imagem” do militar. Segundo a *Folha*, a interpretação adotada pelo comando da instituição confronta a Lei de Acesso à Informação, que prevê que a restrição ao acesso à informação relativa à imagem e à vida privada de uma pessoa não poderá ser invocada pelo Estado brasileiro em requisições “voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância”. Neste sentido, o professor de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Fico afirmou que “ocultar parte da história, com expurgo de dados negativos, é um procedimento completamente condenável”. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/08/17)

4- Governadora de Roraima solicitou reforço do Exército na fronteira com a Venezuela

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a governadora do estado de Roraima, Suely Campos, requisitou por telefone ao presidente da República, Michel Temer, o incremento do efetivo das Forças Armadas na fronteira com a Venezuela. O pedido, segundo *O Estado*, está vinculado à escalada da crise que se desenvolve no país vizinho, em decorrência da qual houve o aumento de atividades criminosas nas regiões fronteiriças, tais como tráfico de drogas, de pessoas e de armas. Segundo o periódico, a governadora declarou ter enviado dois ofícios ao Palácio do Planalto indicando a gravidade da situação, nos quais foi solicitado uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no município de Pacaraima (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/08/17; O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/08/2017).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações

Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).